Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 108/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO RETIFICADO N.º A - 0035/2026

COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a, **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.** , conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: dia 17/08/2026 ás 23:59 HORAS

O edital estará disponível no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191 Ramal 9179

Pirapora do Bom Jesus, 12 de Agosto de 2026.

ANDRIELLE CRISTINA DE AGUIAR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

DISPENSA DE VALOR RETIFICADA Nº A - 0035/2026

PROCESSO Nº 0318/2025

FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS** torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL**, objetivando a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.** , conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 12/08/2026 ao dia 17/08/2026 ás 23:59 HORAS

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.

Anexo I Termo de Referencia

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail

compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br indicando no assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º A - 0035/2025, devidamente assinada juntamente com as Declarações dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretarias Municipal abaixo relacionada:

Secretaria Municipal de Segurança Pública

Ficha: 552 – D.R: 01.110.0000

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para contratação será de **R$ 21.360,00**

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços será realizada no estande de tiro indicado pela CONTRATADA, o qual deverá estar devidamente regularizado perante os órgãos competentes, possuindo estrutura adequada e compatível para realização do Estágio de Qualificação Profissional – EQP.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a estrutura necessária para a execução dos serviços, incluindo instalações apropriadas para treinamento de armamento e tiro, equipamentos, condições de segurança, apoio técnico e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades.

5.3. A execução deverá contemplar o fornecimento e disponibilização das munições necessárias para cumprimento das atividades previstas no Termo de Referência, sendo:

- 1.500 (mil e quinhentas) munições calibre .380;
- 1.200 (mil e duzentas) munições calibre .40;
- 300 (trezentas) munições calibre 12.

5.4. Os serviços serão destinados ao efetivo de 30 (trinta) Guardas Municipais, devendo a CONTRATADA garantir condições adequadas para atendimento de todos os participantes.

5.5. A data para realização do curso será definida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, mediante comunicação prévia à CONTRATADA.

5.6. O deslocamento dos Guardas Municipais até o local de realização do curso será de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.7. A CONTRATADA será responsável pela execução integral dos serviços, observando todas as normas de segurança aplicáveis, bem como mantendo válidas as autorizações e registros necessários ao funcionamento do estande e realização das atividades.

5.8. A execução será considerada concluída após a realização integral das atividades previstas, mediante atesto da fiscalização responsável.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

6.6 **Microempresa –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam o seu desenquadramento dessa situação.

6.10 A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "e" do item 6.12 não impede a contratação direta ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.16 A vedação de que trata a alínea "h" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Sitio Oficial do Municipio e no PNCP

, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa n°0035/2026.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjuntiva e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.

7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionada com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.

g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;

b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;

c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.

8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais a participantes.

8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.

8.4. Para efeito de seleção será considerado o **GLOBAL.**

8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021

8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.

8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.

b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão os procedimentos relativos à Dispensa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem "d" será declarada a melhor oferta proposta.

9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.

9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; ou

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN/RFB número 1.751/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa do pedido de falência.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação da qualificação técnica, a empresa participante deverá apresentar:

a) **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, demonstrando experiência na prestação de serviços de utilização de estande de tiro, treinamento, instrução ou atividades similares relacionadas ao objeto contratado;

b) **Certificado de Registro (CR) emitido pelo Exército Brasileiro**, dentro do prazo de validade, quando aplicável, comprovando a autorização para atividades relacionadas a produtos controlados, especialmente quanto à utilização e/ou fornecimento de munições e demais itens compatíveis com o objeto da contratação;

c) **Comprovação de regularidade do estande de tiro onde serão executados os serviços**, mediante apresentação de documentação que demonstre a autorização de funcionamento e utilização do local para realização de treinamentos de tiro, conforme legislação vigente;

d) **Alvará de funcionamento ou documento equivalente do estabelecimento**, quando exigível pelos órgãos competentes;

e) **Comprovação de que o local indicado possui condições técnicas e de segurança adequadas para atendimento do objeto**, incluindo estrutura compatível para realização do Estágio de Qualificação Profissional – EQP destinado ao efetivo de 30 Guardas Municipais;

f) A Administração poderá solicitar, antes da execução dos serviços, documentos complementares que comprovem a manutenção da regularidade do estande e das autorizações necessárias.

10. DECLARAÇÕES GERAIS,

10.1 consistente em:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.

e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 61§1° da Lei Federal 14.133/2021, **Anexo III (declaração conjunta)**.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, **Anexo III (declaração conjunta)**.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.

10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo **IV**

11. DO PAGAMENTO

Pagamento em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e atesto da nota fiscal pela fiscalização do contrato, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

a) A Nota Fiscal/ Fatura Liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo Fiscal do contrato.

b) Considera – se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

c)Constando – se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

12.4. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº57, Centro, Pirapora do Bom Jesus/SP.

12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:

a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conste do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.II.II.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.II.II.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.II.II.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.II.II.a.4. deixar de apresentar amostra;

1.II.II.a.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.II.II.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

V fraudar a licitação

VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.II.II.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.II.II.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.II.II.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

V. a natureza e a gravidade da infração cometida.

VI as peculiaridades do caso concreto

VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes

VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública

IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V,VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V,VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a

reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5 A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.

PIRAPORA DO BOM JESUS 12 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

2. JUSTIFICATIVA: O curso objetiva atender aos requisitos impostos pela Lei Federal 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento, no que tange ao porte de arma de fogo dos Guardas Municipais. Visando transmitir conhecimentos técnicos e científicos voltados à preservação da vida humana, ao atendimento ao público e ao estreitamento dos vínculos com a comunidade, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para ministrar o Curso de Qualificação Profissional. Ressalta-se que a referida empresa será a responsável integral pela execução do curso, bem como pela locação do estande de tiro devidamente cadastrado junto aos órgãos competentes e pelo fornecimento de todas as munições necessárias à realização dos disparos exigidos por lei, garantindo assim maior segurança e eficiência na capacitação, e desenvolvendo o perfil profissional dos Guardas Municipais em prol da comunidade.

3. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES

Item	Quant	Unidade	Descrição do Serviço Material ou Serviço
1	30	Un	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

4. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Aplicação do Recurso 01.110.0000 ficha 552

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5. DA ENTREGA Os serviços deverão ser iniciados na Secretaria de Segurança Pública, que fará o deslocamento dos Guardas Municipais ao local próprio do curso.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;

6.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

8.1. 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

8.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3. Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Marco Antônio da Silva
Secretário de Segurança Pública

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cidade, XX de XXXXXXXX de XXXX

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

OBJETO Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

Item	Quant.	Unid.	Discriminação	Valor Unitário	Valor total
01				R$	R$

VALOR REFERENCIAL GLOBAL:

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.

Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa ..... qualifica o Sr(a)., Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº.... e RG. Nº..... , data de nascimento ..../..../..... estado civil....., (cargo/função), endereçado a Rua ....., nº. ..... Bairro ..... Cidade de .Estado de..... , com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1....., e-mail 2 .....para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

**** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR****

Validade da Proposta: conforme edital

Condições de Pagamento: conforme edital

Prazo de entrega: conforme edital

Data e assinatura;

Nome do signatário;

Identidade:

CPF:

Endereço: E-mail:

NOME ASSINATURA

CARIMBO DA EMPRESA

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa Eletrônica nº A0035/2026

Processo Nº 0318/2026

OBJETO Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

DECLARAÇÃO

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2026 I Edição nº 108/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

_____, _____de_____de_____

_____

Nome do signatário;

Cargo

Identidade:

CPF:

Carimbo da empresa

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Dispensa Eletrônica nº A0035/2026

Processo Nº 0318/2026

OBJETO Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, para 30 GUARDAS MUNICIPAIS, incluindo a locação de estande de tiro com instalações adequadas e o fornecimento de 1.500 munições calibre .380, 1.200 munições calibre .40, 300 munições calibre 12, para a realização dos disparos exigidos para qualificação.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

_____, _____de_____de

Nome do signatário;

Cargo

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº CXXXX/202X

PROCESSO: 0318/2026

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, destinado ao efetivo de 30 (trinta) Guardas Municipais**, incluindo:

a) disponibilização e locação de estande de tiro devidamente regularizado e adequado à realização das atividades;

b) disponibilização de estrutura apropriada para treinamento de armamento e tiro;

c) fornecimento das munições necessárias à realização dos disparos previstos para a qualificação, sendo:

- **1.500 (mil e quinhentas) munições calibre .380**;
- **1.200 (mil e duzentas) munições calibre .40**;
- **300 (trezentas) munições calibre 12**;

d) disponibilização dos equipamentos, instalações, apoio técnico e demais recursos necessários à realização das atividades previstas no objeto;

e) execução integral das atividades relacionadas ao Curso de Qualificação Profissional – EQP.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR DO CONTRATO: R$ XX.XXX,XX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Piraporа do Bom Jesus, e a empresa **XXXXXXXXXX.**

O **Município de Pirapora do Bom Jesus**, neste ato representada por, **Gregório Rodrigues Pontes Maglio** adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXX,** com sede na XXXXXX, nº XXX – XXXXX , XXXXXXXXXX – XXXXXXXX – XX,

CEP XXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nºXXXXXXXX XXX/XX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXX, adiante simplesmente

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

designada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, destinado ao efetivo de 30 (trinta) Guardas Municipais**, incluindo:

a) disponibilização e locação de estande de tiro devidamente regularizado e adequado à realização das atividades;

b) disponibilização de estrutura apropriada para treinamento de armamento e tiro;

c) fornecimento das munições necessárias à realização dos disparos previstos para a qualificação, sendo:

- **1.500 (mil e quinhentas) munições calibre .380**;
- **1.200 (mil e duzentas) munições calibre .40**;
- **300 (trezentas) munições calibre 12**;

d) disponibilização dos equipamentos, instalações, apoio técnico e demais recursos necessários à realização das atividades previstas no objeto;

e) execução integral das atividades relacionadas ao Curso de Qualificação Profissional – EQP.

1.2. A contratação será executada sob **regime de empreitada por preço global**, abrangendo todos os custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução das atividades que constituem o objeto contratado, inclusive pela disponibilização do estande, estrutura, equipamentos, munições e demais recursos necessários à execução, nos limites estabelecidos no edital e neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato decorre da **Dispensa de Valor nº A-0035/2026**, Processo Administrativo nº **0318/2025**, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A execução contratual observará:

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

I – a Lei Federal nº 14.133/2021;

II – o Edital da Dispensa de Valor nº A-0035/2026;

III – o Termo de Referência;

IV – a proposta apresentada pela CONTRATADA;

V – as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades objeto deste contrato;

VI – as normas de segurança e demais exigências aplicáveis ao funcionamento do estande de tiro e à utilização e fornecimento dos produtos controlados envolvidos na execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

3.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

I – o Edital da Dispensa de Valor nº A-0035/2026;

II – o Termo de Referência;

III – a proposta comercial da CONTRATADA;

IV – os documentos de habilitação apresentados;

V – eventuais documentos complementares que integrem o processo administrativo;

VI – as comunicações e documentos formalmente expedidos durante a execução contratual.

3.2. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições estabelecidas no procedimento de contratação e compromete-se a executar o objeto em estrita observância às condições estabelecidas no edital, seus anexos e sua proposta.

CLÁUSULA QUARTA

DO VALOR

4.1. O valor global do presente contrato é de:

R$ _____ (_____).

4.2. O valor acima corresponde à execução integral do objeto, incluindo todos os custos necessários para sua realização.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

4.3. Estão incluídos no preço contratado todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, administrativos, transporte, equipamentos, estrutura, munições, utilização do estande, pessoal, apoio técnico e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do contrato.

4.4. A CONTRATADA não poderá exigir qualquer pagamento adicional referente a custos que deveriam estar abrangidos pelo valor contratado.

CLÁUSULA QUINTA

DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

5.1. O presente contrato terá vigência pelo período necessário à **execução integral do Curso de Qualificação Profissional – EQP e ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes**, iniciando-se a partir da data de sua assinatura e encerrando-se após o cumprimento integral das obrigações contratuais, observado o período estabelecido no instrumento de contratação e na programação da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

5.2. A data para realização do curso será definida pela **Secretaria Municipal de Segurança Pública**, mediante comunicação prévia à CONTRATADA.

5.3. A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução na data previamente estabelecida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

5.4. A alteração da data inicialmente programada poderá ocorrer por necessidade administrativa devidamente justificada, mediante comunicação entre as partes e desde que não implique alteração indevida do objeto ou do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA

DO LOCAL E DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. A execução do curso ocorrerá em **estande de tiro indicado pela CONTRATADA**, desde que devidamente regularizado perante os órgãos competentes e possua estrutura adequada e compatível com a realização do Estágio de Qualificação Profissional – EQP.

6.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no local de realização do curso:

I – instalações adequadas;

II – estrutura compatível com o treinamento;

III – equipamentos necessários;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

IV – condições adequadas de segurança;

V – apoio técnico necessário;

VI – munições previstas no objeto;

VII – demais recursos necessários à execução integral dos serviços.

6.3. O estande deverá permanecer devidamente regularizado durante toda a execução do objeto, sendo responsabilidade da CONTRATADA manter válidas as autorizações e registros necessários ao seu funcionamento e à realização das atividades contratadas.

6.4. A CONTRATADA deverá garantir estrutura suficiente para atendimento dos **30 (trinta) Guardas Municipais** participantes do curso.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS MUNIÇÕES

7.1. Faz parte integrante do objeto o fornecimento, pela CONTRATADA, das munições necessárias à realização dos disparos previstos no curso, nas seguintes quantidades:

Calibre	Quantidade
.380	1.500 unidades
.40	1.200 unidades
12	300 unidades

As quantidades acima estão expressamente previstas no Termo de Referência da contratação.

8.2. O fornecimento das munições está incluído no valor global contratado, não sendo devido pagamento adicional pela CONTRATANTE.

8.3. A CONTRATADA será responsável pela guarda, transporte, armazenamento, disponibilização e utilização das munições, naquilo que lhe competir, observadas integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.4. A CONTRATADA deverá manter válidas as autorizações, registros e demais documentos necessários à utilização e fornecimento das munições objeto da contratação.

8.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar as munições em quantidade suficiente para permitir a execução integral dos disparos previstos no objeto.

CLÁUSULA OITAVA

DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

8.1. A CONTRATADA deverá assegurar que o local de realização do curso apresente condições adequadas de segurança para o desenvolvimento das atividades.

8.2. A CONTRATADA deverá observar todas as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao funcionamento do estande e à realização das atividades contratadas.

8.3. A CONTRATADA será responsável pela adoção das medidas de segurança relacionadas à estrutura e à execução das atividades sob sua responsabilidade.

8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal técnico habilitado e apto à execução das atividades previstas no objeto.

8.5. Nenhuma atividade deverá ser realizada em desconformidade com as normas de segurança aplicáveis.

CLÁUSULA NONA

DO DESLOCAMENTO DOS GUARDAS MUNICIPAIS

9.1. O deslocamento dos Guardas Municipais da sede da Secretaria Municipal de Segurança Pública até o local de realização do curso será de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

9.2. A CONTRATADA deverá comunicar previamente à CONTRATANTE o endereço completo do estande, bem como as informações necessárias para organização do deslocamento dos participantes.

9.3. A CONTRATADA deverá informar previamente eventual alteração do local de realização, a qual dependerá de concordância da CONTRATANTE e deverá observar as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – executar integralmente o objeto contratado;

II – cumprir todas as condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e proposta;

III – disponibilizar estande de tiro devidamente regularizado;

IV – disponibilizar estrutura adequada para a realização do curso;

V – fornecer as munições previstas no contrato;

VI – manter válidas as autorizações e registros necessários à execução do objeto;

VII – disponibilizar pessoal técnico habilitado;

VIII – garantir condições adequadas de segurança;

IX – disponibilizar todos os equipamentos e recursos necessários à execução do objeto que estejam sob sua responsabilidade;

X – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a execução;

XI – reparar ou corrigir, às suas expensas, eventuais falhas decorrentes da execução dos serviços;

XII – manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas;

XIII – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução;

XIV – responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação;

XV – fornecer à fiscalização todos os documentos e informações solicitados;

XVI – cumprir as normas de segurança aplicáveis;

XVII – não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem autorização legal e administrativa, observada a vedação expressa de subcontratação prevista no edital.

10.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer fato que impossibilite o cumprimento da data previamente estabelecida, apresentando a respectiva justificativa e comprovação, conforme previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias à execução do objeto;

II – definir a data para realização do curso;

III – providenciar o deslocamento dos Guardas Municipais até o local do curso;

IV – acompanhar a execução dos serviços;

V – comunicar por escrito eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades;

VI – efetuar o pagamento após o regular cumprimento do objeto e o respectivo atesto;

VII – designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução;

VIII – fornecer as informações necessárias à organização das atividades.

As obrigações básicas da CONTRATANTE estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE.

12.2. A fiscalização poderá verificar:

I – o cumprimento do objeto;

II – a regularidade do estande;

III – as condições de segurança;

IV – a disponibilização das munições;

V – a participação dos 30 Guardas Municipais;

VI – a execução das atividades previstas;

VII – o cumprimento das demais obrigações contratuais.

12.3. A fiscalização poderá solicitar documentos comprobatórios da regularidade do estande, das autorizações necessárias e demais documentos relacionados à execução.

O próprio edital prevê a possibilidade de a Administração solicitar documentos complementares para comprovar a manutenção da regularidade do estande e das autorizações necessárias.

12.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral e adequada do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO RECEBIMENTO E DO ATESTO

13.1. O objeto será considerado concluído após a **realização integral das atividades previstas**, mediante verificação e atesto do responsável pela fiscalização.

13.2. O recebimento será condicionado à verificação do cumprimento das especificações estabelecidas no edital, Termo de Referência, proposta e contrato.

13.3. Constatadas falhas, irregularidades ou execução incompleta, a CONTRATANTE poderá determinar a correção ou complementação necessária antes do atesto definitivo.

13.4. O recebimento ou atesto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais falhas posteriormente identificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, mediante ordem bancária para crédito em conta indicada pela CONTRATADA.

14.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá obrigatoriamente conter o mesmo **CNPJ da empresa vencedora e CONTRATADA**.

14.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto.

14.4. A Nota Fiscal deverá conter descrição compatível com o objeto contratado e com os serviços efetivamente executados.

14.5. Constatada alguma irregularidade na documentação ou na execução, a CONTRATADA será notificada por escrito para regularizar a situação ou apresentar defesa no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE, conforme previsão do Termo de Referência.

14.6. O pagamento somente será realizado após o regular atesto da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

15.2. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômica ou técnica.

15.3. A CONTRATANTE poderá realizar as consultas e diligências necessárias para verificar a manutenção das condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA RESPONSABILIDADE CIVIL E DOS ENCARGOS

16.1. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos causados por seus empregados, prepostos, representantes ou responsáveis técnicos à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

16.2. A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços.

16.3. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos de sua responsabilidade não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É **vedada a subcontratação**, total ou parcial, dos fornecimentos ou da execução dos serviços objeto deste contrato, conforme expressamente estabelecido no edital.

17.2. A CONTRATADA deverá executar diretamente as obrigações assumidas, sem transferir a terceiros a responsabilidade pela execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Eventuais alterações deste contrato somente poderão ocorrer nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Nenhuma alteração que implique modificação do objeto, valor, condições ou obrigações poderá ser realizada informalmente.

18.3. As alterações, quando legalmente admitidas, deverão ser formalizadas por instrumento próprio.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá caracterizar infração administrativa, sujeitando-a às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital da Dispensa de Valor nº A-0035/2026.

19.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A aplicação de qualquer penalidade observará a legislação vigente, a proporcionalidade da conduta e os procedimentos administrativos cabíveis.

19.4. A aplicação das sanções não afasta a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

O edital estabelece expressamente que a aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Constituem, entre outras, causas para extinção contratual:

I – o descumprimento das obrigações assumidas;

II – a não realização do curso sem justificativa aceita pela Administração;

III – a utilização de estande sem a regularidade exigida;

IV – a ausência das autorizações necessárias à execução;

V – o não fornecimento das munições previstas;

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

VI – a execução parcial ou inadequada do objeto;

VII – a paralisação injustificada da execução;

VIII – o descumprimento reiterado das determinações da fiscalização;

IX – a prática de atos que comprometam a segurança da execução;

X – demais hipóteses previstas na legislação.

20.3. A extinção será formalizada mediante procedimento administrativo, observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

DO FORO

21.1 Fica eleito o foro da Comarca de Santana de Parnaíba para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

Pirapora do Bom Jesus XX de XXXXXX de 202X.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PREFEITO MUNICIPAL

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

XXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Andrielle Cristina de Aguiar

RG: 47.485.467-x

Malena Palazzolli Ribeiro

RG: 48.958.557-7

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)***

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

CONTRATADA: **xxxxxxxxxxxxxx**

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): Cxxxx/2026.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Curso de Qualificação Profissional – EQP, com ênfase no treinamento de armamento e tiro exigidos em lei, destinado ao efetivo de 30 (trinta) Guardas Municipais**, incluindo:

a) disponibilização e locação de estande de tiro devidamente regularizado e adequado à realização das atividades;

b) disponibilização de estrutura apropriada para treinamento de armamento e tiro;

c) fornecimento das munições necessárias à realização dos disparos previstos para a qualificação, sendo:

- **1.500 (mil e quinhentas) munições calibre .380**;
- **1.200 (mil e duzentas) munições calibre .40**;
- **300 (trezentas) munições calibre 12**;

d) disponibilização dos equipamentos, instalações, apoio técnico e demais recursos necessários à realização das atividades previstas no objeto;

e) execução integral das atividades relacionadas ao Curso de Qualificação Profissional – EQP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

É de exclusiva responsabilidade de o contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: PIRAPORA DO BOM JESUS xx de xxxxxxx DE 202x

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura:_____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: MARCO ANTINIO DA SILVA

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: PAULO DA SILVA CHÁCARA

Cargo: COMODANTE DA GUARDA MUNICIPAL

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

Diário Oficial

2026 I Edição nº 108/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quarta-Feira, 12/08/2026

Pirapora do Bom Jesus-SP, 12 de agosto de 2026

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5 e informe o código 74E4-4117-43EC-50D5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 74E4-4117-43EC-50D5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 12/08/2026 16:54:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/74E4-4117-43EC-50D5